

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas
Atendendo às disposições legais e dos estatutos sociais, apresentamos aos Senhores Acionistas, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, preparadas de acordo com a legislação aplicável, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

A economia mundial foi marcada por uma recessão global da ordem 0,6% em 2010, decorrente principalmente da crise relacionada com a dívida e do déficit público de vários países europeus, bem como o desemprego e o déficit externo nos Estados Unidos.

No Brasil os reflexos da crise mundial não foram da mesma magnitude. Assim, os sinais de recuperação do crescimento da economia nacional verificados nos últimos meses de 2009, se fizeram presentes no decorrer do 1º semestre de 2010 e confirmaram a retomada do crescimento econômico verificado neste ano. O Produto Interno Bruto – PIB registrou um crescimento de 7,5% em 2010, contra uma queda de 0,6% em 2009. Para o presente ano as projeções do mercado sinalizam para uma expansão do PIB entre 4,1% e 5,0%.

A balança comercial brasileira apresentou um saldo de US\$ 17,278 bilhões em 2010, resultado de um volume de exportações de US\$ 201,916 bilhões e de importações da ordem de US\$ 184,638 bilhões.

A inflação, medida pelo IPCA, apresentou uma alta de 5,9% no ano, acima da meta governamental fixada em 4,5%.

A SELIC, que representa a taxa básica de juros, registrou um crescimento de 22,9% no ano, passando de 8,75% em 31/12/2009 para R\$ 10,75% em 31/12/2010. Visando uma política de contenção da inflação, as autoridades da área monetária deverão elevar a SELIC em 2011 para um nível próximo a 12,5% até o final do ano.

A atrativa taxa de juros real estimulou o ingresso de recursos externos para aplicação no mercado brasileiro ao longo do ano, contribuindo fortemente para a apreciação do Real no mercado cambial.

O índice BOVESPA registrou um comportamento praticamente estável no decorrer de 2010, sucedendo-se variações positivas e negativas. Assim, o referido índice evoluiu

de 68.588 pontos em 31/12/09 para 69.304 pontos em 31/12/10, correspondendo a uma valorização de 1,0% no período.

Os registros de valores mobiliários na CVM para oferta pública atingiram o volume recorde de R\$ 167,6 bilhões, sendo R\$ 152,0 bilhões em ações e R\$ 15,6 bilhões em debêntures. Cabe destacar o registro de uma oferta de ações de emissão da Petrobrás no valor de R\$ 120,2 bilhões. Em 2009 os registros de ações e de debêntures somaram R\$ 32,3 bilhões e R\$ 11,1 bilhões, respectivamente.

No exercício de 2010 a Companhia não realizou nenhuma operação de captação de recursos. Portanto não teve títulos de sua emissão em circulação no mercado ou em carteira. Novas operações estão condicionadas às necessidades definidas pela administração da dívida pública do Estado.

As Demonstrações Financeiras da Companhia contemplam os efeitos decorrentes da adoção das normas expedidas pelos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC pela investida Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, via equivalência patrimonial.

A Companhia apresentou um desempenho compatível com seu nível de atividade e seus ativos. Assim, as receitas somaram R\$ 16.487 mil no exercício. Daquele total, 99,5% provêm do resultado da equivalência patrimonial. As despesas totalizaram R\$ 1.428 mil. Daquele total 87,0 % correspondem a despesas tributárias.

O lucro líquido do exercício foi de R\$ 15.059 mil, que corresponde a 91,8 % do resultado da equivalência patrimonial.

As principais alterações nas contas patrimoniais decorreram da participação acionária na Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN. Assim, o resultado positivo da equivalência patrimonial sensibilizou a conta de Investimentos no Ativo e de Reservas de Lucros no Patrimônio Líquido. O saldo de Investimentos, que em 31 de dezembro de 2009 era de R\$ 50.893 mil, evoluiu para R\$ 63.196 mil em 31 de dezembro de 2010, refletindo um incremento da ordem de 24,2 % no exercício.

Os índices de liquidez financeira indicam que a Companhia desfruta de excelente capacidade de solvência de seus compromissos, tanto no curto quanto no longo prazo.

Assim, o índice de liquidez corrente em 31 de dezembro de 2010 é de 106,6, enquanto que o de liquidez geral situa-se em 52,5.

Conforme informado em nota explicativa que acompanha as Demonstrações Financeiras, a Companhia provisionou o valor de R\$ 107 mil referente a contencioso de ordem administrativa que mantém junto à Receita Federal. Outrossim, cabe informar que não existe qualquer outro contencioso de ordem fiscal ou trabalhista, destacando que o quadro de pessoal da CADIP é composto por funcionários da administração do Estado, cedidos sem ônus para a Companhia.

Os Auditores Independentes contratados pela Companhia prestam exclusivamente serviços de auditoria contábil independente.

Em razão da característica operacional da Companhia e seu objeto social, considerando ainda a origem do lucro líquido apurado no exercício social de 2010, a Administração decidiu pela não elaboração do orçamento de capital para exercício de 2011, conforme preceitua o inciso III do Art. 163 da Lei 6404/76 e o inciso IV do Art 25 da Instrução CVM nº 480/2009.

Declaração da Diretoria: na forma do disposto no Art. 25, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, bem como concorda com a opinião expressa no parecer dos Auditores Independentes sobre as referidas Demonstrações.

Agradecemos o apoio recebido da Administração Pública do Estado, em especial da Secretaria de Estado da Fazenda, a confiança dos Senhores Acionistas e o empenho do Conselho Fiscal, que muito contribuíram para o bom desempenho das atividades da Companhia no decorrer do exercício de 2010.

A Administração.

Balancos Patrimoniais Em milhares de reais				Demonstrações do Valor Adicionado Em milhares de reais			
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009		2010	2009	
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Circulante				Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	5.885	5.964	33.268	Debêntures			41.598
Créditos a Receber (Nota 6)	5.201	2.333	13.303	Impostos e Taxas a Pagar	104	178	1.012
	11.086	8.297	46.571		104	178	42.610
Não Circulante				Não Circulante			
Investimento (Nota 7)	63.196	50.893	159.100	Provisão para Riscos Fiscais (Nota 11)			
				Patrimônio Líquido (Nota 9)			
				Capital Social	10.200	10.200	291.118
				Reservas de Lucros	63.457	74.064	2.807
				Ajuste de Avaliação Patrimonial	414	425	2.075
				Prejuízos Acumulados		(25.677)	(132.939)
					74.071	59.012	163.061
Total do Ativo	74.282	59.190	205.671	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	74.282	59.190	205.671

Demonstrações do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado		
	2010	2009
Resultado da equivalência patrimonial (Nota 7)	16.409	21.172
Despesas Administrativas	(79)	(95)
Despesas Tributárias	(380)	(1.408)
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 11)	(107)	
Lucro Operacional	15.843	19.669
Despesas Financeiras		(1.374)
Receitas Financeiras	78	248
Lucro Antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda	15.921	18.543
Contribuição Social	(234)	(793)
Imposto de Renda	(628)	(2.179)
Lucro Líquido do Exercício	15.059	15.571
Lucro Líquido por Ação Ordinária - Básico e Diluído - R\$	0,22146	0,22899

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais		
	2010	2009
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido do Exercício	15.059	15.571
Ajustes para Conciliar o Lucro ao Caixa e Equivalentes de Caixa aplicados nas atividades operacionais:		
Resultado da Equivalência Patrimonial	(16.409)	(21.172)
Provisão para Riscos Fiscais	107	
	(1.243)	(5.601)
Varições de Ativos e Passivos Operacionais		
Redução (aumento) em Créditos a Receber	(2.868)	10.970
Redução em Debêntures		(41.598)
Redução em Impostos e Taxas a Pagar	(74)	(834)
	(2.942)	(31.462)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades Operacionais	(4.185)	(37.063)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	4.106	21.760
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Investimentos	4.106	21.760
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Redução do Capital Social		(12.001)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamentos		(12.001)
Redução no Caixa e Equivalentes de Caixa	(79)	(27.304)
Demonstração da Redução no Caixa e Equivalentes de Caixa		
No fim do exercício	5.885	5.964
No início do exercício	5.964	33.268
Redução no Caixa e Equivalentes de Caixa	(79)	(27.304)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 Em milhares de reais		
1 - Informações gerais		
A Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP é uma sociedade de economia mista, supervisionada pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre - RS. A Companhia tem como objetivo implementar ações que visem contribuir na administração da dívida pública do Estado, podendo, para tanto, emitir e colocar, no mercado, obrigações e adquirir, alienar e dar em garantia: ativos, créditos, precatórios, títulos e valores mobiliários.		
As demonstrações financeiras foram liberadas pela Diretoria para exame da auditoria em 28 de março de 2011.		
2 - Resumo das principais políticas contábeis		
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.		
2.1 - Base de preparação		
As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB, e as Normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.		
A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.		
2.2 - Conversão de moeda estrangeira		
As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia.		
2.3 - Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.		
2.4 - Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge		
A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008, dispõe que as companhias abertas devem divulgar informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial. Neste sentido, a Administração informa que a Companhia não possui nenhuma operação que possa ser caracterizada como instrumento financeiro derivativo.		
Os instrumentos financeiros destinados a alcançar o objeto social da Companhia estão representados, substancialmente, por caixa e equivalentes de caixa e por créditos a receber. Em função das suas características, a Administração da Companhia entende que os valores contábeis líquidos situam-se em níveis de mercado.		
2.5 - Investimento		
O investimento é contabilizado pelo método da equivalência patrimonial e é, inicialmente, reconhecido pelo seu valor de custo, conforme demonstrado na Nota 7, em decorrência de estar sob controle comum do seu Acionista Controlador - Estado do Rio Grande do Sul.		
Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participação societária, são reconhecidos na demonstração do resultado.		
2.6 - Impairment de ativos não financeiros		
Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de <i>impairment</i> . Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de <i>impairment</i> sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por <i>impairment</i> é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido <i>impairment</i> , são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do <i>impairment</i> na data de apresentação do relatório.		
2.7 - Provisões		
Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação; e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte,		

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Em milhares de reais							
	Capital Social	Reservas de lucros			Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros e Prejuízos Acumulados	Total
		Legal	Lucros a Realizar	Retenção de Lucros			
Em 31 de dezembro de 2008	291.118	140	667	2.000			293.925
Ajustes da adoção inicial dos novos CPC's					2.075	(132.939)	(130.864)
Em 1º de janeiro de 2009	291.118	140	667	2.000	2.075	(132.939)	163.061
Participação no resultado abrangente de investimento					(1.650)	1.650	
Redução do capital social (Nota 9 (a))	(280.918)					161.298	(119.620)
Lucro líquido do exercício						15.571	15.571
Reversão de Reservas			(667)	667			
Apropriação em Reserva de Lucros		3.563	16.924	50.770		(71.257)	
Em 31 de dezembro de 2009	10.200	3.703	16.924	53.437	425	(25.677)	59.012
Participação no Resultado Abrangente de Investimento					(11)	11	
Lucro Líquido do Exercício						15.059	15.059
Reversão de Reservas			(16.924)	16.924			
Apropriação em Reservas de Lucros		(1.663)		(8.944)		10.607	
Em 31 de dezembro de 2010	10.200	2.040		61.417	414		74.071

abertas devem divulgar informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial. Neste sentido, a Administração informa que a Companhia não possui nenhuma operação que possa ser caracterizada como instrumento financeiro derivativo.

Os instrumentos financeiros destinados a alcançar o objeto social da Companhia estão representados, substancialmente, por caixa e equivalentes de caixa e por créditos a receber. Em função das suas características, a Administração da Companhia entende que os valores contábeis líquidos situam-se em níveis de mercado.

2.5 - Investimento
O investimento é contabilizado pelo método da equivalência patrimonial e é, inicialmente, reconhecido pelo seu valor de custo, conforme demonstrado na Nota 7, em decorrência de estar sob controle comum do seu Acionista Controlador - Estado do Rio Grande do Sul.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participação societária, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.6 - Impairment de ativos não financeiros
Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.7 - Provisões
Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação; e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte,